ESP-COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTER-9 -CPI-9

Termo de Referência 145/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
145/2026	180362-ESP-COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTER-9 - CPI-9	MARCOS PAULO ULMANN DE LIMA	02/09/2026 17:38 (v 0.13)

Status
DISPONIBILIZADO

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes		057.00343578/2026-21

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

Administração Pública do Estado de São Paulo

Minuta padronizada. Análise técnica: Subsecretaria de Gestão. Exame jurídico: PGE

Termo de Referência - Aquisição - Licitação

Versão atualizada em: 07/01/2026

1.1. Aquisição de equipamentos de musculação e atividade aeróbica com sua devida montagem e instalação, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

ITEM	CATMAT	SIAFISICO	ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO (R$)	QTD TOTAL	VALOR TOTAL (R$)
1	628824	4022475	Bicicleta Spinning, na cor (predominante) Preta; Guidão Emborrachado; Estrutura Tubular; Disco de Inercia de 10 kg; Peso Aproximado do produto 29 Kg; Dimensões aproximadas de [(108 x 46 x 123) cm (C x L x A)]; Suporta no mínimo 120 Kg; Pintura Eletrostatica a Pó; Com Guarda Pé antiderrapante; Painel de LCD com marcadores de tempo, Velocidade, Distância, Odômetro, Calorias e Batimentos cardíacos, funcionando a base de pilhas "AAA", sem fios; Conectividade Bluetooth; Transmissão por Correia; Com Duas Rodas frontais para Tranporte; Com sistema de Freio de Emergncia; Com Pé Nivelador; Selim Anatomico Em Gel com regulagem; Suporte P /garrafa; Com Regulagem de Altura e	UNI	R$ 2.637,00	1	R$ 2.637,00

			Comprimento no suporte do Banco e Regulagem de altura no Guidão; Com pás niveladoras para Piso; Acompanha Kit de Montagem e Manual de instrução em Português; Produto adquirido montado; Com Garantia Minima de 01 ano. "EQUIVALENTE OU DE MELHOR QUALIDADE"				
2	623760	5125219	Esteira Ergonométrica na cor Preta; Estrutura reforçada para suportar usuários de até 150kg; Peso do produto aproximadamente 105kg; Com 8 amortecedores de impacto com molas; Motor silencioso de alta performance de 3,0 HP de potência contínua (DC) e 6,0 HP de potência máxima; Painel contendo: 1-) Altofalantes integrados. 2-) Display com teclas de controle de velocidade, Star/Stop, Modo, Inclinação etc. 3-) Painel de LCD com marcadores de Velocidade, Tempo, Distância, Calorias, Frequência cardíaca e Inclinação, contando com no mínimo 24 programas de treinos pré-definidos, conectividade via Bluetooth, USB e entrada Auxiliar. 4-) Suporte para Tablets /Celular e porta objetos; Com Corrimãos Laterais e Braços de Apoio com Atalho para controle de Velocidade e Inclinação;. Com Chave de Segurança com sistema de Parada Imediata; Monitoramento cardíaco tipo Hand Pulse; Inclinação eletrônica de 22 níveis (até 22%); Ajuste de Velocidade de 1 UNI R$ 10.090,00 2 R$ 20.180,00 4 de 9 a 20km/h; Sistema Dobrável do produto com pistão Hidráulico; Garantia 01 Ano; 110 V ou BiVolt; Dimensoes de aproximadamente [(178 x 90 x 145)cm (C x L x A); Rodas 360° para Locomocão; Produto adquirido montado, com Manual de Instruções e Kit de Ferramentas para manutenção; "EQUIVALENTE OU DE MELHOR QUALIDADE"	UNI	R$ 10.090,00	2	R$ 20.180,00
3	480251	4592204	Pulley; Em Aço Inoxidável Com Pintura Eletrostática, na cor Preta; Modelo Profissional Com 2 Funções (pulley alto e Remada baixa), o Banco de Remada é ajustável, contendo uma alça para trazelo para para frente/cima e para trás/baixo, com apoio nos pés e apoio para o travamento dos joelhos, reguláveis na altura; Polias de Nylon Impregnadas de Fibra de Vidro e Rolamento Selados; Equipamento com Peso aproximado de 180 Kg e Torre de Peso de no mínimo 60 Kg, material em aço fundido; Estofamento Almofada Com Espuma Moldada de Densidade AG 120 ou similar de melhor qualidade com Proteção Plástica; Dimensão do produto montado de aproximadamente (170 x 110 x 237)cm (C x L x A); Garantia Mínima de 01 Ano; C/ manual de instrução. Produto adquirido montado; "EQUIVALENTE O U D E M E L H O R QUALIDADE".	UNI	R$ 14.041,99	1	R$ 14.041,99
4	465068	5765110	Banco para Rosca Scott, na cor Preta, para treinamento de bíceps ou similar; Estrutura de aço de alta durabilidade; Com apoio de braço anatômico, contendo estofamento resistente: Com suporte para descanso da Barra; Suporte emborrachado para apoio dos pés; Com sistema de regulagem de altura no Assento; Assento com estofado de espuma de alta	UNI	R$ 2.286,12	1	R$ 2.286,12

			densidade; Capacidade de suporte de peso de aproximadamente 150kg; Dimensão do produto de aproximadamente (0,65 x 0,95 x 100)cm (L x C x A); Garantia mínima de 1 ano; Produto adquirido montado; "EQUIVALENTE OU DE MELHOR QUALIDADE".				
5	480139	5764963	Aparelho Supino na cor Preta, com ajuste para posiçoes Reto e Inclinado; Ajuste no banco (tronco e assento), estofado com espuma de densidade AG 120 ou similar de melhor qualidade; Contendo dois pilares para apoio da Barra, com alças em vários níveis para descanso da barra; Suporte nas laterais externas para apoio de placas de peso; Dimensão aproximada do produto (170 x 130 x 160)cm (C x L x A), Peso do produto aproximadamente 60kg. Garantia Mínima de 01 Ano; C/ manual de instalação se necessário. Produto adquirido montado; "EQUIVALENTE OU DE MELHOR QUALIDADE".	UNI	R$ 7.664,12	1	R$ 7.664,12
6	628720	6136842	Banco Regulável, na cor Preta/ Estrutura em Aço Carbono de Alta Resistência; Com Regulagem Inclinada, Reta e Declinada, Com no mínimo 7 posições de ajuste de regulagem no encosto e mínimo 3 posções de regulagem no assento, regulagem através de alças de suporte ou pinos com molas; Dimensões aproximadas da base (125 x 56 x 32)cm (L x C x C); Estofado em alta performace de 5cm de expessura e confortável, dividido em Assento e Encosto, Dimensão do assento aproximadamente 36cm de comprimento, Dimensão do encosto aproximadamente (116 x 30)cm (C x L); contendo uma Alça e 2 Rodas frontais para transporte; Peso do equipamento aproximadamente 20kg; Peso máximo suportado aproximadamente 300kg; Garantia Mínima de 01 Ano ; Produto adquirido montado; "EQUIVALENTE OU DE MELHOR QUALIDADE".	UNI	R$ 1.387,48	1	R$ 1.387,48
7	390819	6411029	Banco Reto 90°, na cor Preta, Estrutura em Aço Carbono de Alta Resistência; Fixo; Dimensões aproximadas da base (62 x 49 x 28) cm (L x C x C); Estofado em alta performace de 5cm de espessura e confortável, dividido em Assento e Encosto, Dimensão do assento aproximadamente 30cm de comprimento, Dimensão do encosto aproximadamente 45cm de altura; Peso do equipamento aproximadamente 10kg; Peso máximo suportado aproximadamente 200kg; Garantia Mínima de 01 Ano ; Produto adquirido montado; "EQUIVALENTE OU DE MELHOR QUALIDADE".	UNI	R$ 984,67	1	R$ 984,67
8	480149	6101461	Banco para Panturrilha, na cor Preta; em aço carbono de no mínimo 2mm; Contendo Banco com espuma confortável; Apoio para os pés revestidos de borracha; Apoio para as mãos contendo Suporte para travamento das coxas, com espuma de qualidade, regulagem na altura do travamento das coxas; alavanca de segurança e apoio do peso; com Suporte para acondicionamento dos pesos para execução do	UNI	R$ 1.406,33	1	R$ 1.406,33

			exercício; Dimensão aproximada do produto (110 x 50 x 60)cm (C x L x A); peso Suportado de no mínimo 150kg; Garantia Mínima de 01 Ano; Produto adquirido montado; "EQUIVALENTE OU DE MELHOR QUALIDADE".				
9	614866	6410162	Kit Puxadores + Suporte de Chão ou Parede na cor Preta; puxadores fabricados em chapa de aço de 12mm com espessa camada de borracha texturizada; Contendo no mínimo 5 puxadores diversos com dimensões aproximadas de 31,5 cm, 32cm, 57cm, 61cm e 83cm (para pegadas curtas e longas ex: pegada Supinada, Semisupinada, Neutra, Pronada e semipronada); Garantia de fábrica; "EQUIVALENTE OU DE MELHOR QUALIDADE".	UNI	R$ 1.174,20	1	R$ 1.174,20
10	638278	613632	Step do tipo tijolinho, na Cor Preta ou Azul /Preta; Material em Borracha EVA; Dimensões aproximadas do produto (60 x 30 x 10)cm (L x C x A); Garantia conforme Fábrica; "EQUIVALENTE OU DE MELHOR QUALIDADE".	UNI	R$ 198,20	3	R$ 594,60
11	630715	4514939	Kit Anilhas de Ferro Fundido, emborrachados; Com furo central; contendo Pesos de 1Kg, 2Kg, 3Kg, 5Kg, 10Kg e 20kg, com no mínimo dois itens de cada peso. Garantia de fábrica; "EQUIVALENTE OU DE MELHOR QUALIDADE".	UNI	R$ 702,02	1	R$ 702,02
12	237849	6329802	KIT Barras Retas Montadas e fixas + Suporte; aproximadamente e no mínimo 05 Barras em Aço, com pesos nas pontas revestidos de Poliuretano e fixados; Suporte em Aço na cor Preta; Pesos de aproximadamente 10kg, 12,5 kg, 15kg, 17,5 kg e 20kg. Garantia de fábrica; "EQUIVALENTE OU DE MELHOR QUALIDADE".	UNI	R$ 8.350,76	1	R$ 8.350,76
						VALOR TOTAL	**R$ 61.409,29**

VALOR TOTAL R$ 61.409,29

1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, **prevalecem as disposições deste Termo de Referência**.

1.1.2. Os materiais de musculação e equipamentos de atividade aeróbica deverão apresentar, na data de sua entrega, instalação e montagem completa dos equipamentos, contendo prazo de garantia de fábrica remanescente não inferior a 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação e estruturais, constando obrigatoriamente nas estruturas ou nos manuais o número de série, lote de fabricação e termo de garantia técnica, sob pena de rejeição imediata do item pela equipe de recebimento técnico.

1.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.

1.3 Os bens objeto desta contratação são caracterizados como bens comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023.

1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, observando o disposto no artigo 20 da Lei nº 14.133. de 2021 e no Decreto estadual nº 67.985. de 27 de setembro de 2023.

Subcontratação

1.5. O Contratado não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESC. DA NEC. DA CONTR.

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontram-se pormenorizados em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. A presente contratação tem por objetivo suprir a necessidade contínua e essencial de materiais de musculação e equipamentos de atividade aeróbica nas dependências do complexo do Comando de Policiamento do Interior-9 (CPI-9), visando à manutenção e ao aprimoramento do condicionamento físico e da higidez da tropa.

2.3. A manutenção de padrões adequados de condicionamento físico e higidez nos aquartelamentos e ambientes operacionais é condição indispensável para assegurar a dignidade e a capacidade técnica do trabalho policial, bem como para garantir um efetivo saudável, vigoroso e prontamente preparado para as demandas de segurança pública voltadas ao público externo que diariamente depende das ações da Polícia Militar do Estado de São Paulo.

2.4. Trata-se de uma necessidade permanente, uma vez que a ausência ou a descontinuidade no fornecimento de itens como aparelhos de musculação, esteiras, bicicletas ergométricas, anilhas, barras e acessórios correlatos compromete diretamente a rotina de treinamento obrigatório, a conservação da capacidade física do patrimônio humano e as condições mínimas de saúde ocupacional exigidas para o desempenho das funções institucionais.

2.5. O objeto da contratação está previsto no plano de contratações anual, exercício 2026, através do DFD nº 591/2025 para suprir tal demanda.

3. DESCRIÇÃO DA SOL.. CLVO E ESP. PROD.

3.1. A solução proposta consiste na aquisição de materiais de musculação e equipamentos de atividade aeróbica, com sua montagem e istalação (composta por esteiras ergométricas, bicicletas, estações de musculação, anilhas, barras, halteres e correlatos), conforme especificações detalhadas, códigos CATMAT/SIAFISICO/ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA, quantitativos e exigências de qualidade, segurança e conformidade técnica descritas neste instrumento.

3.1.1 Montagem e Instalação Técnica: Execução dos serviços de montagem, calibração, lubrificação inicial e fixação (quando tecnicamente exigido) dos aparelhos no layout da academia, realizados por equipe técnica qualificada do fornecedor, garantindo a perfeita ergonomia e a segurança biomecânica dos usuários desde o primeiro dia de uso.

3.2. A contratação será realizada por meio de processo licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, adotando-se o critério de julgamento por menor preço por item, formato que se mostrou mais vantajoso economicamente e capaz de garantir ampla competitividade entre os fornecedores do mercado paulista.

3.3. A entrega dos materiais ocorrerá em remessa única, diretamente nas dependências do Comando de Policiamento do Interior-9 (CPI-9), visando o abastecimento regular e a continuidade das atividades administrativas e operacionais das unidades policiais militares subordinadas.

3.4. A solução abrange não apenas o fornecimento físico dos produtos, mas também a obrigação da contratada em garantir o transporte adequado (incluindo frete CIF), a integridade dos equipamentos, sua montegem, instalação e o cumprimento rigoroso dos prazos de entrega assinalados na Nota de Empenho.

3.5. O gerenciamento, fiscalização técnica e recebimento do objeto ficarão a cargo de servidores designados pela Administração Pública, garantindo que os materiais entregues guardem estrita conformidade com os padrões de desempenho, ergonomia e segurança esperados, assegurando a plena funcionalidade, integridade e a adequada estruturação das instalações de treinamento da Unidade Gestora Executora.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

4.2. Considerando a natureza dos objetos (materiais permanentes), a Seção de Logística opta pela não exigência da garantia de execução pelos seguintes motivos técnicos:

4.2.1. Baixo Risco Financeiro: O pagamento à (as) empresa (as) contratada (as) somente ocorrerá após a entrega total dos itens e o devido recebimento definitivo pela comissão competente, em estrita observância ao princípio da liquidação da despesa.

4.2.2. Eficiência Administrativa: A dispensa da garantia reduz a burocracia processual e os custos indiretos para os licitantes, o que fomenta a competitividade e possibilita a obtenção de propostas com valores mais vantajosos (menor preço unitário).

4.2.3. Mitigação de Riscos: Conforme detalhado na Matriz de Riscos do processo, eventuais falhas na execução ou atrasos na entrega serão combatidos por meio de cláusulas penais e sanções administrativas previstas no Edital e no Termo de Referência, instrumentos que se mostram suficientes para resguardar o interesse público neste caso.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias corridos, contados da emissão da nota de empenho, em remessa única.

Garantia, manutenção e assistência técnica
5.2. O prazo de garantia consta na especificação técnica dos itens solicitados, bem como aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a celebração da contratação, o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização
6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

6.7. Identificação do Gestor e Fiscal do contrato, conforme o Art. 7 e 117 da Lei 14.133/21.

6.7.1. Gestor - Fernando Nicolau dos Santos - CPF nº 284.732.868-80.

6.7.2. Fiscal - Anderson Gustavo Saia - CPF nº 370.214.648-27.

6.7.3. Fiscal - Marcos Paulo Ulmann De Lima - CPF n° 452.700.608-84

Fiscalização Técnica
6.8. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17).

6.8.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17 inciso II).

6.8.2. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso IV).

6.8.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, § 2º).

6.8.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II).

Fiscalização Administrativa

6.9. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, inciso II e III).

6.9.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, inciso IV).

6.9.2 Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

Gestor do Contrato

6.10. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º).

6.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso IX).

6.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VI).

6.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VIII).

6.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VII e parágrafo único).

6.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Do Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 03 (três) dias , a contar da notificação do Contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao Contratado para emissão de Nota Fiscal/Fatura no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022, c/c o Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.9. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

a) o prazo de validade;
b) a data da emissão;
c) os dados do contrato e do órgão contratante;
d) o período respectivo de execução do contrato;
e) o valor a pagar; e
f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.11. A nota fiscal ou fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao Sicaf ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.12. A Administração deverá realizar consulta ao Sicaf para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.13. Constatando-se, junto ao Sicaf, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.15. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao Sicaf.

Prazo de pagamento

7.17. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

7.18. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (art. 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023, c/c o art. 1º do Decreto estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados pro rata temporis, em relação ao atraso verificado.

Forma de pagamento

7.19. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado no Banco do Brasil S /A.

7.19.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do art. 8º da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

7.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.21. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.21.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.22. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRIT. DE S. FORN. FORM. DE PAG.

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta
8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade pregão, sob a forma eletrônica com adoção do critério de julgamento pelo menor preço.

Forma de fornecimento
8.2. O fornecimento do objeto será entrega única, após a emissão da Nota de Empenho, o qual a empresa terá 30 (trinta) dias corridos para realizar a entrega.

Exigências de habilitação
8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;

8.7. **Sociedade empresária** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à Lei nº 12.690, de 2012; documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;

8.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista
8.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital quanto ao Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, e/ou de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.19. Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.21. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023), ou de sociedade simples;

8.22. Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de empresário individual ou sociedade empresária;

Outras comprovações

8.23. Tratando-se de cooperativa, será exigida a seguinte documentação complementar, para evidenciar a observância do disposto no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021:

8.23.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.23.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.23.3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

8.23.4. Edital de convocação e ata da última assembleia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assembleia;

8.23.5. Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.23.6. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

8.23.7. Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento às subdivisões anteriores.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O valor estimado total da contratação é de **R$ 61.409,29** (sessenta e um mil quatrocentos e nove reais e vinte e nove centavos), conforme custos unitários apostos na tabela acima. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023.

9.2. Memória de cálculo da estimativa de preços:

9.2.1. A estimativa de preços desta contratação foi elaborada com base na falta dos equipamentos solicitados e no fluxo de uso diário da academia pelos policiais militares pertencentes ao complexo do CPI-9.

9.2.2. A memória de cálculo foi obtida conforme necessidade de aquisição de aparelhos novos e adequação do treinamento físico para o completo ciclo de treinamento, bem como suprir a falta de equipamentos de atividade aeróbica.

9.2.3. Os preços unitários estimados foram obtidos mediante aplicação da média das cotações apuradas mediante pesquisa de mercado, devidamente detalhada no subitem 1.1.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIO

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento do Estado.

10.2. No presente exercício, a contratação será atendida pela dotação a ser definida pela UGE.
I) Gestão/Unidade:
II) Fonte de Recursos:
III) Programa de Trabalho:
IV) Elemento de Despesa:
V) Plano Interno:

10.3. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

FERNANDO NICOLAU DOS SANTOS
Área Requisitante
Assinou eletronicamente em 02/09/2026 às 17:38:03.

MARCOS PAULO ULMANN DE LIMA
Equipe de apoio
Assinou eletronicamente em 02/09/2026 às 17:38:27.